

Sénado limpa a pauta antes do recesso

Em sessão conjunta com a Câmara, LDO é aprovada; destaques da oposição são rejeitados

Francisco Câmpera*
de Brasília

O presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), promoveu ontem uma maratona de votações antes do início do recesso parlamentar, que começa na próxima segunda-feira. A sessão começou pela manhã, com intervalo para almoço, e se estendeu pela noite.

Foram aprovadas no plenário a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2002, a recondução ao cargo de procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, a criação do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, a eleição dos novos membros do Conselho de Ética, a autorização de empréstimo de US\$ 10 milhões ao governo da Bahia pelo Banco do Nordeste, entre outros.

A LDO foi aprovada, em sessão conjunta com a Câmara dos Deputados, com apenas uma mudança apresentada pela bancada ruralista. A emenda reabriu a possibilidade de renegociação das dívidas dos agricultores. Todos os destaques apresentados pela oposição foram rejeitados. Entre eles estavam o reajuste de salário mínimo para R\$ 215 e do servidor público. Ao todo foram quase cinco horas de votação. Com a LDO aprovada, o Congresso garantiu o início do recesso.

A Proposta de Emenda Constitucional que cria o projeto do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, de autoria do senador Jefferson Péres (PDT-AM), ainda será votada em segundo turno. O Fundo vai contar com recursos de parte da arrecada-

dação de receita líquida da região. O texto contempla os estados do Acre, Amazonas, Roraima e Rondônia. Os recursos desse fundo serão aplicados em obras e programas realizados nos municípios desses estados, exceto nas capitais.

Depois da crise política envolvendo o ex-senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a Bahia foi beneficiada com a autorização para obter empréstimo de US\$ 10 milhões do **Banco do Nordeste do Brasil** (BNB), com recursos repassados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para investimentos em infra-estrutura.

Até o projeto do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas (IPI) foi aprovado na maratona. Os pensionistas do antigo instituto ga-

nharam o direito de receber o décimo-terceiro salário. A conta vai ser paga pelo Congresso e segurados.

Ainda foi confirmado pelo plenário a recondução pela quarta vez do procurador Geraldo Brindeiro ao cargo. Porém, os senadores contrários à recondução reclamaram mais uma vez da indicação do presidente Fernando Henrique Cardoso. O senador e advogado Pedro Simon (PMDB-RS) voltou a atacar a recondução de Brindeiro, afirmando que a escolha deveria recair sobre um nome indicado pela lista tríplice, indicados pelos próprios membros do Ministério Público Federal.

Os senadores também escolheram os novos integrantes do Conselho de Ética, que será presidido por Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).